

O QUE **PEDEM** OS AGRICULTORES E O QUE **PODEM** OS GOVERNOS:
MENDIGAR DEPENDÊNCIA OU PROPORCIONAR EMANCIPAÇÃO?¹

*Polan Lacki*²

Nos países da América Latina existe um evidente e crescente desequilíbrio entre:

- a) as múltiplas e urgentes necessidades de milhões de agricultores (os quais com todo o direito exigem terra suficiente, irrigação, maquinaria, insumos modernos, crédito, preços mínimos, subsídios, etc.); e
- b) as **decrescentes** possibilidades dos debilitados, deficitários e endividados governos em satisfazê-las.

Como se isto fosse pouco, os escassos recursos que os governos reservam ao setor agropecuário, tornam-se **ainda mais** insuficientes porque são destinados de maneira contraproducente a alimentar burocracias improdutivas e a “dar o peixe várias vezes ao invés de ensinar a pescá-lo uma única vez”. Este pseudo paternalismo contribui para **perpetuar** a dependência que os agricultores têm do Estado e, desta forma, a agudizar ainda mais o referido desequilíbrio.

¹ Oficial Principal de Educação e Extensão Rural da FAO para a América Latina e Caribe. Telefone: (562) 337-2205 Fax 337-2102 e-mail: Polan.Lacki@fao.org
Endereço postal: Casilla 10095 Santiago Chile.

² Aqueles que desejarem analisar criticamente a fundamentação técnica deste artigo, a FAO oferece gratuitamente, os seguintes documentos:

- A formação de profissionais para profissionalizar os agricultores e para o difícil desafio de “produzir mais e melhor com menos recursos”.
 - Rentabilidade na agricultura: com mais subsídios ou com mais profissionalismo?
 - Buscando soluções para a crise da agricultura: no guichê do banco ou no banco da escola?
 - Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor.
- Os três primeiros poderão ser solicitados ao seguinte E-mail: Polan.Lacki@fao.org
Os três últimos, já traduzidos ao português, poderão ser encontrados na seção “publicaciones” da seguinte home page: <http://www.rlc.fao.org>

Os governos não querem ou não podem?

Devido a este crescente desequilíbrio entre “o que pedem os agricultores e o que podem os governos”, continuar formulando esgotadas propostas paternalistas – por melhores que sejam as intenções de quem o faça – é uma atitude que causa mais malefício que benefício aos agricultores. Tais propostas desorientam os produtores, estimulam a passividade, e na verdade os enganam, ao sugerir-lhes que continuem esperando por recursos e decisões que os governos, mesmo que quisessem, não poderiam proporcionar-lhes. Este desequilíbrio é tão evidente que os “remédios” convencionais perderam a sua eficácia e vigência. O modelo chegou a tal grau de esgotamento que já não é possível recuperá-lo; simplesmente se faz necessário substituí-lo por uma estratégia educativo-emancipadora.

Com tal fim os governos, conscientes de que “não estão em condições de fazer tudo por todos os agricultores sempre”, inexoravelmente terão que assumir um papel **essencialmente** emancipador de dependências. Com este propósito deverão delegar aos **próprios agricultores** a solução dos seus principais problemas, em vez de fomentar a nova ilusão de que o mercado e as cadeias agroalimentares (*agribusiness*) o farão pelos agricultores; porque o mercado e o *agribusiness* estão preocupados em resolver os seus próprios problemas e não necessariamente os dos produtores rurais.

Para preparar esta progressiva emancipação, os governos deverão promover medidas simplificadas de organização empresarial dos agricultores e proporcionar-lhes os conhecimentos mínimos que eles necessitam para que verdadeiramente **queiram, saibam e possam**:

- a) assumir, de maneira gradual, atitudes e papéis mais protagônicos na eficiente solução dos seus próprios problemas; e
- b) incrementar a baixíssima produtividade/rendimento de todos os fatores de produção que eles **já** possuem, com o elementar propósito de que **cada unidade** de mão-de-obra, terra, insumo, crédito, animal ou trator – pelos simples fato de que é escassa, cara ou insuficiente – produza com mais eficiência uma **maior quantidade** de grãos, tubérculos, frutas, hortaliças, forragem, carne, lã ou leite, e, especialmente, de renda.

Em outras palavras, o Estado moderno deverá proporcionar aos agricultores as **competências** para que eles possam “produzir mais e melhor com menos recursos, com menos Estado e com menos vulnerabilidade aos fornecedores de insumos e aos compradores das suas colheitas”.

Primeiro o possível, depois o desejável

Com este propósito emancipador, os governos deveriam estabelecer, pragmática e realisticamente, duas grandes prioridades estratégicas:

1ª. Prioridade. No curto prazo, formar, capacitar ou recapacitar agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater) a fim de que tenham muito maior capacidade de contribuir com uma rápida correção das ineficiências tecnológicas, gerenciais e organizacionais que ocorrem nas distintas etapas do negócio agrícola; porque é necessário que tenhamos a honestidade e a humildade profissional de reconhecer que são as distorções lá existentes (e não tanto a falta de políticas, leis, créditos e subsídios) as principais causas da falta de rentabilidade na agricultura. No entanto, a formação e a capacitação deste novo agente de Ater não poderá continuar sendo teórica, urbana nem desvinculada dos problemas reais e concretos que os agricultores enfrentam na sua vida cotidiana. Será necessário realizar esta formação diretamente no campo e de maneira mais prática, de modo que, seguindo o método de aprender a produzir **produzindo**, adquira a engenhosidade e a competência para formular e **executar** soluções pragmáticas que sejam **compatíveis** com as circunstâncias dos países da América Latina REAL. E o que é que caracteriza a estes países reais?:

- a) governos debilitados e empobrecidos com mínimas possibilidades de subsidiar e de financiar a modernização do setor agropecuário pela via convencional; e
- b) agricultores endividados que não têm acesso ao crédito para aliviar as suas severas restrições produtivas, que produzem com baixíssimos rendimentos e que estão expostos a uma permanente extração de renda que lhes impõem vários segmentos do *agribusiness*; quando compram os insumos ou quando vendem a sua produção.

Este novo extensionista dotado de sólidas e **vivenciadas** aptidões técnico–empresariais terá que ser capaz de “cranear” soluções para os problemas dos agricultores “do jeito que eles são e com os recursos que eles realmente possuem”. Terá que ser capaz de ensinar às famílias rurais a ganhar dinheiro, através do caminho que, no contexto da globalização, é o **único possível**; ou seja, ensinar-lhes a ganhar dinheiro comprando, produzindo, administrando, investindo, transformando e comercializando com maior eficiência tecnológica, gerencial e organizacional. Fora desta via realista, nenhum artificialismo – seja político, tarifário, creditício, tributário ou cambial – será capaz de tornar os agricultores economicamente viáveis.

Diante de um Estado que, mesmo que não o diga, nos envia claríssimos sinais de que não vai financiar, nem adotar medidas de proteção à agricultura, o bom senso e o realismo nos impõem como um requisito, **absolutamente imprescindível**, promover um grande fortalecimento e melhoramento da assistência técnica e da extensão rural. A Ater tem que ser capaz de profissionalizar os agricultores e de organizar as suas comunidades – já não com o arcaico propósito de fazer proselitismo político – mas sim com o claro e explícito objetivo de que tais associações prestem serviços e solucionem aqueles problemas que, por razões de escala, os produtores não podem e não devem enfrentar de forma individual.

A extensão rural, que historicamente nos ofereceu extraordinários exemplos de mística e de competência profissional, necessita melhorar ainda mais a sua produtividade, a sua eficácia e a sua capacidade de obter **resultados** e de **solucionar** problemas. Deverá ser capaz de mudar as aptidões e as atitudes dos agricultores, transformando cada família em **protagonista** de um autodesenvolvimento **progressivo**. Esta gradualidade deverá permitir-lhe que os recursos necessários para tecnificar a agricultura sejam gerados endogenamente nas propriedades.

Em virtude da escassez e do alto custo do crédito rural, o desenvolvimento deverá estar sustentado principalmente na **correta** aplicação de soluções que sejam **compatíveis** com os recursos **já** existentes nas propriedades; e não com os inexistentes, que os mistificados ou ingênuos continuam dizendo aos agricultores que estão disponíveis nos cofres dos governos. Este é o novo agente de Ater, público e privado, que os agricultores têm o pleno direito de **exigir**; e que as universidades e escolas agrotécnicas tem a **obrigação** de formar.

2ª Prioridade: No médio prazo, fazer uma profunda “revolução educativa” nas escolas fundamentais (1º ao 8º ano) existentes nas zonas **rurais**, incluindo em seus currículos temas úteis e práticos sobre produção agrícola, organização comunitária, associativismo, administração rural, educação familiar, etc.

Os seus conteúdos educativos deverão responder às necessidades de vida e de trabalho imperantes **no campo**; em vez de continuar entediando as crianças com a memorização de datas e nomes que não lhes interessam, como a história do império romano e dos faraós do Egito ou com outros temas longínquos, abstratos e totalmente divorciados dos problemas cotidianos que eles vivem e sofrem nos seus lares, propriedades e comunidades rurais; problemas que eles

não podem e não poderão solucionar, entre outros motivos, porque a escola não ensinou a fazê-lo, nem a eles nem aos seus pais. A sociedade rural ao invés de **mendigar** subsídios deve **exigir** do governo que as referidas escolas rurais contribuam para desenvolver as enormes potencialidades latentes das crianças, elevar a sua autoconfiança, dar-lhes uma sólida formação valórica, estimular o seu desejo de superação e proporcionar-lhes conhecimentos **úteis** que eles possam **aplicar** na solução dos seus próprios problemas.

Estas duas medidas, de um enorme e duradouro efeito transformador, contribuiriam para emancipar os agricultores da dependência do pernicioso e retórico paternalismo do Estado, em vez de perpetuá-la. Em virtude da sua simplicidade e menor custo relativo, qualquer governo poderia adotá-las.

Formar reivindicadores de soluções ou solucionadores de problemas?

Os créditos e os subsídios, por mais desejáveis ou desejados que sejam, são perpetuadores de dependências porque é necessário concedê-los hoje, amanhã e depois de amanhã; e é por este motivo adicional que são insuficientes e excludentes. Em sentido contrário, o efeito de uma educação instrumental que forme cidadãos capazes de solucionar os seus próprios problemas de forma mais autônoma, se perpetua no tempo sem necessidade de repeti-la às mesmas pessoas todos os anos. Os primeiros são uma **despesa** reiterativa que **pereniza uma dependência** que o Estado não tem capacidade de sustentar durante muito tempo e a segunda (educação) é um investimento que se faz uma única vez e que **constrói a emancipação**. Diante destas evidências não há necessidade de continuar promovendo longas discussões, porque a segunda opção se impõe por si mesma; a agricultura latino-americana está necessitando e exigindo um imediato e estratégico investimento no recurso humano rural, através de uma educação formal e não-formal de excelente qualidade. Numa primeira etapa talvez não necessariamente com mais educação e mais investimentos em edifícios e computadores; mas sim com melhor educação, com conteúdos mais úteis, práticos e pertinentes, que os egressos possam utilizar na solução dos seus problemas cotidianos.

Graças a esta educação emancipadora, um **menor** número de agricultores necessitará solicitar ao Estado uma **menor** variedade e quantidade de fatores de produção e o fará cada vez com **menor** freqüência. Uma educação que ajude as pessoas a solucionarem elas mesmas os seus problemas é a única,

repto única alternativa realista para reduzir o desequilíbrio mencionado no primeiro parágrafo deste artigo. Esta opção permite que o Estado deixe de alimentar frondosas burocracias que beneficiam a ALGUNS e utilize estes recursos para cumprir com a sua obrigação de oferecer uma educação construtiva, útil e emancipadora para TODOS.

Definitivamente, a **necessária** profissionalização dos agricultores requer uma **imprescindível** revolução na qualidade, utilidade e aplicabilidade dos conteúdos educativos. Os “tratores e caminhões” que os agricultores fizeram em frente ao Congresso Nacional, Ministério da Fazenda e Banco Central não produziram e dificilmente produzirão resultados. Os agricultores deverão buscar as soluções nos Ministérios de Agricultura e da Educação e nas respectivas secretarias estaduais e municipais. É lá que as lideranças rurais deverão exigir a formação e capacitação de extensionistas e de agricultores adequados aos desafios da globalização, os quais graças a sua maior autoconfiança pessoal e auto-suficiência técnica sejam mais **solucionadores de problemas** que **reivindicadores de soluções**.

Em resumo, por mais justo e legítimo que seja tudo o que atualmente **pedem** os agricultores, eles terão muito mais êxito se concentrarem as suas reivindicações naquilo que **podem e devem** fazer os governos.